

HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA NO BRASIL E EM PORTUGAL:
FUTURO PASSADO DAS HISTÓRIAS NACIONAIS EM UM PRESENTE INQUIETO

A penetração do paradigma das “invasões holandesas”: construções historiográficas da primeira metade do século XX

The penetration of “Dutch invasions” paradigm: historiographic constructions of the first half of the 20th century

Regina de Carvalho Ribeiro da Costa*

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, Brasil

RESUMO: A ideia de um Brasil lusitano com a exaltação da resistência portuguesa capaz de expulsar o inimigo invasor e libertar a colônia foi desenhada no século XIX como parte do projeto de construção nacional. A consolidação encontra-se no trabalho de Francisco Adolfo de Varnhagen, embora sua interpretação não tenha se tornado paradigmática à sua época. Analisar a penetração desta narrativa historiográfica da “invasão holandesa” na historiografia da primeira metade do século XX é o objetivo central do presente artigo. Para tanto, são examinadas as obras clássicas de Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, José Antônio Gonsalves de Mello, Hermann Wätjen e Charles Boxer no que tange à história da ocupação neerlandesa do Brasil, questionando como tais abordagens reificam o paradigma da invasão ou lançam avanços historiográficos significativos à temática. Para além de uma nomenclatura, concluiu-se que até meados do século XX o modelo varnhageniano se enraizou na historiografia brasileira, apesar das ponderações críticas e mudanças de perspectiva propostas por historiadores estrangeiros e pela historiografia regional. A ancestralidade lusitana permanece, ainda que os novos historiadores produzam interpretações altamente originais e radicalmente distintas do fazer historiográfico do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Invasão holandesa. Brasil holandês. Historiografia do século XX. Historiografia brasileira. Narrativa historiográfica.

* Pesquisadora de Pós-Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História (PPHR) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
E-mail: reginhacribeiro@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7057-5131>

ABSTRACT: *The idea of a Lusitanian Brazil with the exaltation of Portuguese resistance capable of expelling the invading enemy and liberating the colony was drawn in the 19th century as part of the national construction project. The consolidation is found in the work of Francisco Adolfo de Varnhagen, although his interpretation did not become paradigmatic at his time. Analyzing the penetration of this historiographical narrative of the “Dutch invasion” in the historiography of the first half of the 20th century is the central objective of this article. Therefore, the classics of Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, José Antônio Gonsalves de Mello, Hermann Wätjen e Charles Boxer are examined in terms of the history of Dutch occupation in Brazil, questioning how such approaches reify the invasion paradigm or launch significant historiographical advances to the theme. In addition to a nomenclature, it was concluded that until the mid-twentieth century the Varnhagenian model was rooted in Brazilian historiography, despite the proposed critical considerations and changes in perspective by foreign historians and regional historiography. The Portuguese ancestry remains, even though the new historians produce highly original and radically different interpretations from the 19th century historiographic work.*

KEYWORDS: *Dutch invasion. Dutch Brazil. 20th century historiography. Brazilian historiography. Historiographical narrative.*

Introdução

A perspectiva de “invasão holandesa”, pensada como “invasão estrangeira”, foi consagrada na historiografia brasileira pelo historiador oitocentista Francisco Adolfo de Varnhagen¹. Ocorrida no século XVII, os testemunhos históricos publicados como crônicas da guerra intitularam o episódio como “guerra do Brasil”, nas memórias de Duarte de Albuquerque Coelho (1981) de 1644; “História da Guerra de Pernambuco”, segundo Diogo Lopes Santiago (1943), em 1655; “História da Guerra entre o Brasil e a Holanda”, por Frei Rafael de Jesus (1844) em 1675; “História da Guerra Brasília”, por Francisco de Brito Freire (2001) datada de 1675.

Uma breve exposição das nomenclaturas dos diários e memórias escritas pelo lado português, no século XVII, demonstra que o episódio da dominação neerlandesa no Brasil era entendido por seus expectadores, alguns dos quais participantes, primordialmente como uma guerra, longe da denominação de “invasão” pela qual o episódio ficou conhecido até hoje.

No entanto, muito mais que uma mera nomenclatura, a construção da noção de invasão pela historiografia oitocentista subjaz a versão de uma América autenticamente Portuguesa. Uma das preocupações que ocupou os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, referia-se à ancestralidade brasileira, o que virou pauta de discussão nas sessões extraordinárias, tema de monografias históricas, assunto publicado na revista trimestral e estudos publicados pelos historiadores.

Desde os anos 1980, diversos trabalhos avaliaram a participação do Instituto no projeto nacional oitocentista, a exemplo de Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988, 2011), Lucia Maria Paschoal Guimarães (1988, 2011), Arno Wehling (1983, 1999), Temístocles Cezar (2004), Hugo Hruby (2009), entre outros. No seio desta instituição, a matriz portuguesa da nacionalidade brasileira acabou sendo exaltada por historiadores oitocentistas como Varnhagen, a despeito de suas diferenças ideológicas.

De acordo com Cezar (2007b, p. 181): “Varnhagen não se sentia bem no Instituto”. Uma das causas desse descompasso refere-se à negligência de Varnhagen quanto à contribuição da

miscigenação para a formação nacional, exaltando as raízes portuguesas². Apesar de não ter se tornado uma voz uníssona, assim que seu *História Geral do Brasil* foi publicado³, em meados dos anos 1850⁴, é possível perceber o enraizamento do modelo de escrita da história varnhageniana tanto no ensino de História, quanto nas veias historiográficas do século XX.

A historiografia ora em análise consolidou-se como um paradigma sobretudo em relação à interpretação do período de dominação neerlandesa do século XIX⁵, a partir da história oficial de “invasão holandesa” ocorrida no século XVII. Doravante, a versão da invasão tornou-se clássica para pensar o período de ocupação da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) nas capitâncias açucareiras do Norte.

Avaliar os avanços historiográficos na escrita da história da dominação neerlandesa, pontuando a repercussão do paradigma da invasão na historiografia brasileira da primeira metade do século XX, bem como as nuances de memória local e os olhares internacionais nas obras escritas neste período, compõem os objetivos do presente artigo.

Capistrano de Abreu: o enraizamento da visão paradigmática

A obra de Varnhagen, apesar de bem documentada e atenta aos propósitos de seu tempo, de escrita de uma História que se pretendesse oficial, a História da Pátria, não encontrou uma acolhida recepção à sua época, demorando algum tempo para obter qualquer reconhecimento. Foram os trabalhos de João Capistrano de Abreu (1853-1927) que datam de 1878 (ABREU, 1931a) e de 1882 (ABREU, 1931b) e reabilitaram o *História Geral do Brasil*.

Em um necrológio publicado no ano da morte de Varnhagen no *Jornal do Comercio*, Capistrano de Abreu recuperou as qualidades e a obra do Visconde de Porto Seguro, sempre elogiosamente, embora não se exima de tratar dos defeitos do historiador, explicando o motivo provável da falta de alianças dentro do instituto. Nas palavras do historiador: “Varnhagen não primava pelo espírito compreensivo e simpático [...]” (ABREU, 1931a, p. 138).

Apesar da personalidade de Varnhagen, em certa medida criticada por Abreu⁶, e da ausência de síntese histórica em seus escritos, era imperativo reconhecer a produção varnhageniana, cujos dotes foram apontados no necrológio: “mesmo assim a obra de Varnhagen se impõe ao nosso respeito e exige a nossa gratidão, e mostra um grande progresso na maneira de conceber a história pátria” (ABREU, 1931a, p. 138). A exaltação do trabalho de Varnhagen deve-se sobretudo ao que Capistrano de Abreu identificou como a origem do verdadeiro ponto de vista nacional⁷ para a história do país, reconhecendo sua importância em termos de métodos, instrumentos e princípios para a consolidação da História como ciência em pleno século XIX.

No artigo publicado na *Gazeta de Notícias*, no Rio de Janeiro, em 1882, Abreu (1931b) discorreu de modo laudatório a produção de Varnhagen sobre a história do Brasil desde o século XVI. Neste sentido, Capistrano de Abreu aponta para os escritos varnhagenianos sobre a história da guerra holandesa pela amplitude da abordagem. Embora reconheça a existência de falhas, sobretudo em *História Geral*, Abreu admite que se trata de uma obra incomparável pela vastidão dos acontecimentos narrados.

Em termos metodológicos, a crítica de Abreu é dirigida ao que há de crônica no trabalho de Varnhagen, embora afirme que o caráter histórico prevaleça. Na opinião de Capistrano de Abreu

(1931b, p. 204): “a *História Geral* é um dos livros mais ariscos e fugidios que conhecemos”, no qual a cada leitura seriam reveladas novas facetas a serem estudadas.

Deste modo, o grande mérito da produção do Visconde de Porto Seguro sublinhado por Abreu é a monumentalidade de uma obra que se propõe a ser uma história definitiva para o Brasil. Tão definitiva que o próprio Capistrano chegou a iniciar, em 1906, uma revisão para nova edição de *História Geral*, a qual somente foi concluída em 1926 por Rodolfo Garcia.

Por isso, pode-se atribuir a Capistrano de Abreu a responsabilidade pela reabilitação de Varnhagen, alçado a um patamar de primeiro historiador brasileiro. Quanto à relevância de sua produção, Abreu conjectura a projeção futura de *História Geral* no artigo: “daqui a séculos também a obra de Varnhagen será lida, porém por profissionais, que a consultarão como um dicionário de arcaísmos [...]: o povo só o conhecerá de tradição” (ABREU, 1931b, p. 214).

Em *Capítulos de História Colonial*, obra publicada originalmente em 1907, Capistrano trabalha com os antecedentes indígenas, numa introdução geográfica e antropológica à história do país, que começou verdadeiramente com o descobrimento português. Ao pensar o Brasil a partir de 1500, com a chegada dos portugueses e o início do processo de europeização do território, Capistrano de Abreu (1988) não superou a interpretação historiográfica de Varnhagen substantivamente, ao contrário, acabou por consolidar a tradição precedente.

Quanto à dominação holandesa, Capistrano chamou de “guerras flamengas” e seguiu basicamente o modelo varnhageniano, considerando os holandeses como “invasores” e “inimigos”, exaltando a resistência comandada por Matias de Albuquerque e enfatizando a versão portuguesa do conflito. Neste sentido, as questões militares e a dimensão da luta foram também recuperadas, afinal, “a dominação holandesa era um fato; não era, nunca seria um fato consumado” (ABREU, 1988, p. 124).

Seguindo a interpretação de Varnhagen, Capistrano também atribui a Domingos Fernandes Calabar a culpa pela perda do território para os holandeses no primeiro momento do conflito, que finda com a queda do Arraial do Bom Jesus, bastião da resistência. Em *Capítulos da História Colonial*, Calabar é um contrabandista, o que explicaria suas qualidades bem aproveitadas pelos flamengos e muito lamentadas entre os portugueses: “[e]ra o único homem capaz de se medir com Matias de Albuquerque, e como tinha sobre este a vantagem de dispor do mar, desfechou-lhe os golpes mais certos” (ABREU, 1988, p. 125-126). Tal qual Varnhagen, Abreu descreve os feitos de Calabar, os quais teriam justificado os avanços flamengos no território.

No cenário tirânico que teria caracterizado o domínio flamengo, segundo o historiador, torna-se compreensível a conjunção de esforços para libertar Pernambuco do jugo dos holandeses: “norteiros emigrados e reduzidos à miséria, baianos, cujos engenhos devastavam tantas expedições marítimas dos flamengos, alimentavam profundo rancor contra os seus malfeitores; padres e frades espoliados e expulsos irritavam a consciência religiosa” (ABREU, 1988, p. 126).

A insurreição pernambucana é justificada e aparece, nas linhas de Capistrano, como um movimento quase natural, cujos acontecimentos corriam para o fim conhecido. Para esse conflito, Abreu elegeu João Fernandes Vieira para o papel de grande herói e libertador de Pernambuco, com responsabilidade maior que o personagem tivera na obra de Varnhagen.

Na conclusão do capítulo, Abreu (1988, p. 139) converteu o movimento insurrecional em uma guerra do nacionalismo de Olinda contra o mercantilismo holandês, na qual “venceu o espírito nacional”, reproduzindo a fórmula nativista dos historiadores precedentes que congregou

forças chamadas nacionais: “reinóis como Francisco Barreto, ilhéus como Vieira, mazombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamelucos, mulatos caribocas, mestiços de todos os matizes combateram unânimes pela liberdade divina”.

Na historiografia da virada do século XIX para o século XX, houve uma reabilitação dos estudos sobre o tempo da ocupação neerlandesa, uma euforia motivada por uma nostalgia nassoviana que predominou no imaginário social. Contra a tradição historiográfica imperial, promotora de um grande apelo à matriz portuguesa de nosso país, uma memória local começou a ser construída exaltando o sentido de uma possível colonização holandesa, a partir da permanência flamenga no litoral seiscentista.

Sérgio Buarque de Holanda: persistência do caráter invasor

No início do século XX, a apologia da colonização neerlandesa foi contestada por historiadores como Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), para quem as verdadeiras *Raízes do Brasil* nunca deixaram de ser portuguesas. Em 1936, Sérgio Buarque (1995) considerou que não houve herança significativa da experiência holandesa do século XVII para o Brasil. Neste sentido, a ausência de traços holandeses no caráter do brasileiro pode ser interpretada como uma reafirmação da influência portuguesa decisiva na brasilidade.

No capítulo “Trabalho e Aventura”, Holanda (1995, p. 41-70) comparou a curta experiência holandesa na América com os séculos de colonização portuguesa, de modo que teriam os flamengos uma capacidade de trabalho e um nível de coesão social superiores aos lusitanos, dotados de um “espírito de empreendimento metódico e coordenado”, em contrapartida a “pouca disposição para o trabalho” misturada a um gosto pela aventura dos portugueses.

Contudo, o maior problema da ocupação holandesa, segundo Sérgio Buarque (1995, p. 62), teria sido o envio de “homens cansados de perseguições” como colonos para povoar. Desta maneira, mesmo os superiores da WIC não passavam de “aventureiros de toda espécie” para o historiador. No fim, o Pernambuco colonial foi cenário de uma população extremamente cosmopolita e instável, majoritariamente urbana.

A “metrópole pernambucana”, dotada de palácios monumentais, parques opulentos, institutos científicos e culturais, contrastava com o restante do Brasil português, de cidades simples e pobres e predominantemente rural. O período de ocupação holandesa marcaria uma separação irreconciliável entre o engenho e a cidade, a qual os holandeses não souberam lidar, segundo Holanda. Ao final: “[...] a Nova Holanda exibia dois mundos distintos, duas zonas artificialmente agregadas” (HOLANDA, 1995, p. 63).

Entretanto, o historiador adverte para que não deixemos nos enganar por esse “zelo animador dos holandeses”, afinal, todas as construções desse tempo, mesmo as obras e os organismos políticos e administrativos inaugurados, representariam uma “grandeza de fachada”. Por não terem sido competentes para vida da lavoura, os neerlandeses não teriam conseguido penetrar na “sociedade colonial” de modo a deixar vestígios. Assim, Holanda (1995, p. 64) justifica o insucesso da experiência holandesa: se “os europeus do Norte são incompatíveis com as regiões tropicais”, o mesmo não se pode dizer dos ibéricos.

Os portugueses, em particular, tiveram muito êxito na colonização do Brasil, haja vista a língua, os costumes e a religião. Assim, a língua portuguesa teria sido mais acessível para a missão

que a língua neerlandesa, como bem perceberam os predicantes do século XVII. Neste terreno, o historiador acusou a religião reformada de ter fraca aptidão para aderência, devido ao pequeno apelo à religiosidade popular, uma vez que “não exercitava os sentidos ou a imaginação dessa gente” (HOLANDA, 1995, p. 65). Por isso, o protestantismo não conseguiu prosélitos no Brasil. Holanda (1995) considerou a Igreja Católica mais universalista, cujo catolicismo seria mais aberto à assimilação, integrava crenças, metamorfoseava seu discurso e alcançava públicos diversos.

Outro fator que teria contribuído para o sucesso da colonização portuguesa, segundo Sérgio Buarque (1995), foi a plasticidade social cuja frouxidão do caráter português os levou a estabelecer uma relação mais próxima da população que os holandeses. Através da proximidade com os povos indígenas e as populações negras escravizadas, os lusitanos conseguiram aquilo que os neerlandeses sequer passaram perto: a mestiçagem.

Enquanto tese central, o historiador advoga que a mestiçagem foi um “notável elemento de fixação ao meio tropical”, do qual os portugueses souberam retirar vantagens. Ao carecerem de qualquer “orgulho de raça”, os lusitanos conseguiram se misturar e, efetivamente, criaram “uma pátria nova longe da sua” (HOLANDA, 1995, p. 66); em contrapartida, os holandeses não fizeram esse esforço assimilacionista, não deixando, por isso, herança na colônia.

Nas palavras de Sérgio Buarque (1995, p. 64): “[a]o contrário do que se sucedeu com os holandeses, o português entrou em contato íntimo e frequente com a população de cor. [...] Americanizava-se ou africanizava-se, conforme fosse preciso”. O resultado desse processo dirigido pelos portugueses, de maneira predatória, improvisada e descompromissada, teria sido um país com uma estrutura organizacional frouxa e uma sociedade caracterizada pela ausência de coesão. Portanto, não haveria do que se orgulhar em relação à colonização portuguesa, mas seria preciso reconhecer sua eficácia.

Desta feita, é preciso pontuar que seria exatamente na recuperação da colonização lusitana, mais ainda, no reconhecimento das raízes portuguesas do Brasil, que Sérgio Buarque de Holanda toca a tradição historiográfica nacional. A distinção, no entanto, estaria na abordagem da temática: enquanto Varnhagen (1975) enaltece a hereditariedade portuguesa do Brasil, Sérgio Buarque (1995) a lastima profundamente. Trata-se, pois, de uma memória nacional⁸ bem enraizada que emerge no íterim dos trabalhos historiográficos do início do século XX.

José Antônio Gonsalves de Mello: avanços historiográficos

Uma das maiores autoridades do século XX no assunto é o historiador José Antônio Gonsalves de Mello (1916-2002). O autor de *Tempo dos Flamengos* (2007), publicado pela primeira vez em 1947, o historiador verticalizou a análise da dominação holandesa no Brasil, baseada em exaustiva pesquisa histórica, que se propôs a analisar a relação que os holandeses estabeleceram com os colonos.

Assim, na interpretação social construída pelo historiador, são abordadas: “a atitude dos holandeses para com os negros e a escravidão”, “a atitude dos holandeses para com os índios e a catequese”, “a atitude dos holandeses para com os portugueses e a religião católica e os judeus e a religião israelita”, além de estudos particulares investigando a interação de “os holandeses e a vida urbana” e “os holandeses e a vida rural”.

O projeto original dos holandeses, conforme o historiador, visava dominar o centro político da colônia, isto é, a Bahia. No entanto, os flamengos somente alcançaram êxito em Pernambuco

devido à remessa de informações que chegavam, antes da década de 1630, através da colaboração dos judeus. O historiador pontua o caráter de permanência da ocupação e a dificuldade da conquista do interior do território (MELLO, 2007, p. 39-43). Foi o embaraço inicial para apossar-se do terreno que levou a uma “lastimosa situação dos invasores” (MELLO, 2007, p. 46), isto porque os holandeses optaram por se conservarem próximos aos seus navios, limitados ao litoral.

A partir desta narrativa, muitas distinções a respeito da história reproduzida pela historiografia nacional¹⁰ podem ser traçadas. Primeiramente, não foi do ponto de vista português que Gonsalves de Mello (2007) escreveu, de modo que a invasão não foi ressaltada como fora na escrita de Varnhagen (1975, 2002). Neste sentido, é possível conhecer as estratégias e os planos holandeses, bem como muitos dos aspectos do governo e da administração flamenga.

Quanto à resistência, Gonsalves de Mello (2007, p. 242-243) considera que, não apenas os portugueses, mas toda a “população pernambucana levantou-se firmemente contra os invasores: durante cinco anos lutou para deter os flamengos superiormente armados e adestrados”. Ao invés da tradicional exaltação da luta portuguesa, encontramos, na obra de Gonsalves de Mello (2007, p. 243), “o louvor à constância e à fidelidade pernambucanos”.

De acordo com o historiador, os primeiros anos de guerra bagunçaram completamente a vida da capitania, caracterizando a situação colonial como um “estado anárquico”, especialmente em relação ao desenvolvimento de quilombos formados por escravos fugitivos. Por isso, todo o programa de política colonial que havia sido planejado pelos holandeses foi rapidamente substituído por uma simples exploração e pelo domínio do comércio (MELLO, 2007, p. 138).

Em *Tempo dos Flamengos* (MELLO, 2007), a ambivalência pontuada por Sérgio Buarque de Holanda (1995) entre o cenário urbano e o ambiente rural foi incorporada à narrativa em distintos contextos. De um lado, Gonsalves de Mello (2007) relatou o incremento do espaço urbano, o que originou um verdadeiro surto das obras públicas, sobretudo durante a administração nassoviana. Enquanto isso, no campo, houve uma corrida pelos holandeses para obtenção de engenhos, sendo o interior representado por uma maior resistência à dominação holandesa, oscilando em pequenos momentos de trégua com o clima beligerante constante (MELLO, 2007, p. 168).

Desta forma, foi o período da ocupação holandesa no Brasil uma “época de altos e baixos” (MELLO, 2007, p. 166), quando momentos de grande abundância e fartura sucederam outros de extrema penúria. A vulnerabilidade da dominação flamenga teria ocasionado uma fragilidade da autoridade e contribuído para a perda do controle da região (MELLO, 2007, p. 127-128).

A respeito do suporte documental, foram consultadas, sobretudo, as grandes coleções trazidas da Holanda por José Hygino Duarte Pereira e por Alfredo Ferreira de Carvalho, disponíveis no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), além de bibliografia dispersa sobre o tema, o que representou uma significativa ampliação no *corpus* de pesquisa. A inovação concerne, portanto, no exame dos testemunhos holandeses e nas novas questões que orientaram sua pesquisa.

A riqueza documental trabalhada por Mello foi gigantesca à época, ao pesquisar em coleções como o Livro de Atas do Alto Conselho do Brasil, as Cartas e Papéis do Brasil e o Registro de Cartas enviadas pelo Conselho dos XIX ao Brasil¹¹, além de panfletos e das crônicas da guerra produzidas por ambos os lados do conflito. Tal mudança provocou a inovação de pensar a ocupação pela perspectiva da conquista, da qual participaram não apenas os extremos do conflito, holandeses e portugueses, mas os colonos, protagonista a seu tempo.

Ao enfatizar a dimensão cultural, o historiador não esteve preocupado com a descrição das batalhas ou a narração cronológica dos acontecimentos, mas sim com questões ligadas à interação dos holandeses com a sociedade colonial. Uma abordagem original na qual a história da presença holandesa foi narrada através de assuntos como o açúcar, a alimentação, a colonização, a escravidão, a arquitetura, as religiões, entre outros. Diferentemente da clássica história política, Gonsalves de Mello (2007) construiu uma história social da ocupação holandesa no Brasil e, assim, apontou para as diversas possibilidades de pesquisa na área.

Em suma, *Tempo dos Flamengos* marcou o lugar historiográfico profícuo da produção regional sobre o episódio, baseado em pesquisa arquivística de grande qualidade. Também no início do século XX, o período de ocupação flamenga no Brasil despertou o interesse da historiografia internacional, sendo transformado em objeto de estudo do alemão Hermann Julius Edward Wätjen (1876-1944) e do britânico Charles Boxer (1904-2000).

Hermann Wätjen e Charles Boxer: olhares internacionais sobre a ocupação neerlandesa

Publicada nove anos antes da obra de Gonsalves de Mello, *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*, de autoria de Hermann Wätjen (2004) se transformou em uma referência obrigatória¹². A análise do historiador alemão enfatiza os aspectos econômicos, políticos, religiosos e militar, apoiando-se em fontes manuscritas consultadas no Arquivo Geral de Haia. Entre tais documentos, há cartas trocadas entre os Estados Gerais e as cinco câmaras regionais da WIC e a coleção de papéis denominadas Assentos do Brasil.

Ao iniciar pela Bahia, o historiador considera que a capitania fora restituída pelos espanhóis “quase sem luta séria” (WÄTJEN, 2004, p. 90), porque os holandeses estavam em número reduzido, visto suas naus terem sido enviadas a outras partes, permanecendo apenas onze para enfrentar os 52 navios espanhóis. Após o fracasso da primeira tentativa, Wätjen (2004) exprime que a expedição dirigida a Pernambuco foi preparada com muita cautela.

Por outro lado, o Conde-Duque de Olivares, valido de Filipe IV, subestimava as finanças da WIC, julgando-as insuficientes para suportar “uma séria política de conquista no Brasil” (WÄTJEN, 2004, p. 109-110). No entanto, a ameaça da esquadra holandesa em Pernambuco foi devastadora: “não havia mais pensar numa eficiente defesa da Capital. Por três lados avançaram os holandeses em passo de carga e com extrema rapidez se apoderaram de Olinda” (WÄTJEN, 2004, p. 102).

O historiador aborda a ajuda de Calabar aos holandeses como um ganho para a conquista. Na narrativa de Wätjen (2004), o mameluco não ocupa papel tão decisivo como nas obras de Varnhagen (1975, 2002). A deserção do personagem é vista pelas vantagens trazidas aos holandeses, especialmente por ensinar a arte da guerra em solo colonial. A resistência portuguesa não é o assunto central, o que, na verdade, seria a função ocupada pelos ataques holandeses.

Nesta obra, Nassau é apresentado como um líder esperado para estabilizar o domínio batavo após a conquista: “[e]sperava-se descobrir um Oficial que reunisse em si as qualidades de soldado e estadista, e soubesse também empregar a autoridade que lhe era conferida, com a necessária energia” (WÄTJEN, 2004, p. 140). Wätjen (2004, p. 159) explicou os requisitos necessários do Conde Nassau pela capacidade centralizadora, pontuando que “tratou de estabelecer bases sólidas

a administração da Nova Holanda”, além de sua “nobre personalidade” conciliadora e zelosa do príncipe.

O poder decisivo de Nassau é ressaltado ao considerar o combate do governador contra a corrupção do Recife: “sem se deixar levar pelas delongas burocráticas, logo começou a varrer, com um impulso de aço, a imundície acumulada” (WÄTJEN, 2004, p. 151). Também o historiador alemão parece afetado por certa nostalgia nassoviana. Segundo Wätjen (2004, p. 180), Nassau era um “fidalgo, nascido para governar e inexecutável quase, como organizador”.

Entre feitos mais notáveis do Conde, estava a extensão do poder colonial holandês atingindo sete capitanias no ano de 1642, a saber: Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Itamaracá, Pernambuco, Alagoas (sul de Pernambuco) e Sergipe. Wätjen (2004, p. 204) fornece a dimensão do poder holandês, chamada “seguridade geográfica”, demarcando inclusive suas fronteiras.

A respeito da insurreição pernambucana, Wätjen (2004) abordou como o “período de decadência e ruína do Brasil holandês”. O historiador recupera sua organização por parte dos colonos e o conseqüente vazamento do plano através de carta secreta: “quando tudo parecia achar-se muito bem encaminhado, foi o plano denunciado ao Alto Conselho” (WÄTJEN, 2004, p. 231). Wätjen (2004) tratou da questão do arregimento de soldados nos dois lados, além de fornecer informações sobre táticas da ofensiva e estratégias da defesa do território pelos holandeses.

Não é demasiado supor que Wätjen (2004) tenha lido a produção varnhageniana, uma vez que não lhe poupa críticas toda vez que o cita. Na avaliação do alemão, uma das grandes contribuições de Varnhagen (1975, 2002) foi romper com a tradição, iniciada pelos cronistas, de enaltecer João Fernandes Vieira ao lançar luz sobre André Vidal de Negreiros como “verdadeiro pai da sublevação brasileira de 1645” (WÄTJEN, 2004, p. 42). Wätjen (2004) considera que a obra de Varnhagen (1975) não é exaustiva:

Em vão nele [no trabalho de Varnhagen] procurará o leitor esclarecer-se sobre o estado cultural e econômico que predominava então no país. Tudo quanto não se relaciona diretamente com os sucessos políticos e, em particular, com a Companhia libertadora dos brasileiros, nenhuma graça merece aos olhos de Varnhagen. (WÄTJEN, 2004, p. 140).

Do lugar de onde narrou, Wätjen (2004) enfatizou as causas e as conseqüências factuais do período em uma análise processual através da qual inseriu o episódio como um capítulo da história europeia. Outro olhar internacional foi do historiador britânico Charles Boxer (1961), quem publicou *Os Holandeses no Brasil* em 1957¹³.

No exame da ocupação neerlandesa, Boxer considera como primeiros movimentos as relações entre as Províncias Unidas e a Espanha, a formação das sociedades acionárias, o comércio holandês clandestino, a decisão de atacar o Brasil, a primeira investida na Bahia e a decisão de atacar a capitania de Pernambuco. Segundo Boxer (1961, p. 3-7), o sucesso das companhias holandesas esteve relacionado com o rompimento do monopólio ibérico colonial.

A escolha da capitania portuguesa da América teria sido estratégica, pois além do interesse econômico, representava uma fragilidade defensiva se comparada às defesas do império hispânico no Caribe e no golfo do México (BOXER, 1961, p. 20). Assim, o ataque a Pernambuco fez parte de uma estratégia preparada a partir das informações coletadas em cartas interceptadas do governador Matias de Albuquerque, que continham dados sobre as fortificações de Olinda e de Recife, a milícia local, a quantidade de engenhos e os lucros do açúcar (BOXER, 1961, p. 45).

Com base em fontes administrativas, Boxer (1961, p. 61) fornece indícios da circulação de informações no contexto da conquista holandesa, como é perceptível na recepção das notícias do ataque a Pernambuco pelos holandeses pela Espanha e por Portugal. No plano interno, o historiador tratou com precisão da organização da resistência pelos habitantes de Pernambuco, destacando o caráter eminentemente local das táticas adotadas contra os invasores.

Houve, portanto, um destaque na descrição da resistência comandada por Matias de Albuquerque, em compasso com o ataque neerlandês. Na narração, o elemento decisivo para os holandeses foi Calabar, assim como na obra de Varnhagen¹⁴. O papel do mulato¹⁵ na guerra aparece como fundamental até o ano de 1635, por ter pendido a balança da guerra a favor dos flamengos: “este triunfo, a que se sucederam muitos outros planejados e orientados por Calabar, tanto encorajaram os holandeses quanto levaram os portugueses ao desânimo” (BOXER, 1961, p. 71).

Em relação ao período nassoviano, Boxer (1961) dedica dois capítulos sobre suas conquistas militares e administrativas e sobre seu legado humanista. Corroborando com a nostalgia nassoviana, avança no estudo do Conde enquanto verdadeiro: “[p]rotetor das artes como um príncipe, apaixonado arquiteto e jardineiro-paisagista [...]” (BOXER, 1961, p. 211). Grande parte da memória construída a respeito de Nassau refere-se ao interesse do Conde pelas artes e conhecimentos, como um legado da ocupação flamenga em forma de obras, pinturas e livros¹⁶.

De forma laudatória, Boxer (1961, p. 192) não esconde a admiração a Nassau por orquestrar a convivência entre católicos, protestantes e judeus, considerando que a “atitude dos holandeses no tempo de João Maurício era mais humana, mais sensível e mais profícua”, algo que Gonsalves de Mello também pontuou. Ambos foram historiadores que contribuíram para a consolidação da nostalgia nassoviana. Boxer (1961, p. 160-161) relatou que a partida do Conde: “foi chorada com sinceridade em toda a colônia, indistintamente pelos calvinistas holandeses, pelos católicos portugueses e pelos tapuias antropófagos”.

Sobre a “guerra da liberdade divina”, Boxer (1961) abordou as estratégias militares e assinalou a inversão de posições, pois a resistência foi flamenga e o ataque foi colonial. Dessa vez, esteve a posição holandesa na defensiva, uma vez que a revolta estourou num difícil momento para a WIC, devido à crise financeira, além da instabilidade política após a partida de Nassau: “no correr dos meses seguintes, ficou claramente evidenciada a debilidade do sistema flamengo de governo e da organização da Companhia das Índias Ocidentais” (BOXER, 1961, p. 244-245).

O estudo de Boxer (1961) a ocupação neerlandesa do ponto de vista econômico, militar, social e diplomático. Na análise, destacam-se catorze notas em que Varnhagen é citado, ainda que o britânico identifique sua contribuição historiográfica como secundária (BOXER, 1961, p. 52). Algumas notas citam Varnhagen para corrigir informações, a exemplo da chegada da notícia da queda de Olinda¹⁷, argumentando ter chegado a Madrid antes de Lisboa, como propagara o oitocentista. Há citações nas quais Varnhagen é a própria fonte histórica, o que não era incomum para historiografia oitocentista, afeita à prática de coligir e publicar documentos originais (CEZAR, 2004), quando Boxer (1961, p. 135) citou os despachos de Nassau registrados pelo Visconde de Porto Seguro.

Em postura crítica a Varnhagen, discorda das censuras a Vieira por não ter estourado a rebelião no ano anterior, o que, no cálculo de Boxer (1961, p. 229) foi uma decisão correta, devido à falta de apoio em 1644. Entretanto, há referências respeitosas a Varnhagen (1975, 2002), quando Boxer (1961, p. 300) reconhece seu trabalho documental. Apesar do olhar de fora, as contribuições do

britânico seguem linhas da interpretação varnhageniana, sobretudo ao exaltar a posição ofensiva dos naturais na “guerra da liberdade divina” e ao louvar as conquistas de Nassau.

No balanço das invasões: paradigma reiterado ou paradigma ultrapassado?

Se foi Capistrano de Abreu que colocou Varnhagen no lugar da tradição historiográfica, é possível refletir como a interpretação historiográfica do visconde de Porto Seguro não foi facilmente superada. Embora muito se distinga os *Capítulos* de Abreu (1988) em relação ao *História Geral* de Varnhagen (1975), sobretudo nas questões de enfoque e de escopo, uma vez que o primeiro chega a identificar cinco Brasis, no que tange à história da dominação holandesa, pouco se avançou.

Na verdade, o episódio contado por Abreu (1988) reitera a visão dos holandeses como “inimigos invasores” e exalta a versão portuguesa do conflito. Por isso, a relação entre Capistrano (1988) e Varnhagen (1975, 2002) não pode ser reduzida a uma simples ruptura quanto à questão da dominação neerlandesa, uma vez que Abreu (1988) acaba por endossar aspectos da perspectiva varnhageniana. Não houve apenas uma reabilitação, mas uma espécie de enraizamento da invasão na historiografia brasileira a partir das complexas continuidades e descontinuidades as quais Capistrano estava consciente¹⁸.

No gérmen da explicação sobre o fracasso da experiência holandesa no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda (1995) parece seguir àquela memória nacional construída no século anterior. Não que o historiador exaltasse a colonização portuguesa, mas a portugalidade teria sobressaído na constituição da nacionalidade brasileira, o que os holandeses jamais atingiram, porque no que estes teriam errado, os portugueses acertaram, apontando a língua, os costumes e a religião como fatores culturais, através dos quais a herança portuguesa predominou e se sobrepôs a experiências civilizatórias de menor impacto, como a dominação holandesa. Desta feita, *Raízes do Brasil* endossou o caráter invasor, externo e aleatório deste episódio.

Seja como for, é necessário ponderar que Abreu (1988) e Holanda (1995), apesar de reiterarem o paradigma varnhageniano no que toca à invasão holandesa, seguem propósitos generalistas, através de ensaios sobre a história do Brasil. De maneira distinta, José Antônio Gonsalves de Mello (2007), Hermann Wätjen (2004) e Charles Boxer (1961) se dedicaram à pesquisa exaustiva do período, construindo análises extensas e pontuais da ocupação neerlandesa do Brasil.

Embora cheguem a conclusões divergentes, porque o exame sobre a experiência flamenga executada por Mello (2007) é mais depurado que a breve comparação das colonizações por Sérgio Buarque (1995), o historiador pernambucano segue a linha investigativa do paulista ao verticalizar o foco sobre aspectos culturais, apenas apontados por Holanda. Todavia, onde Sérgio Buarque (1995) não enxerga permanências, Gonsalves de Mello (2007) fareja vestígios de consciência nacional, despertada em oposição ao invasor. Para o historiador pernambucano, a presença dos holandeses teria deixado marcas que dificilmente desapareceriam.

Em relação aos paradigmas historiográficos, a distinção das interpretações é basilar, até porque Mello (2007) não insiste na visão da invasão, optando pela perspectiva da ocupação flamenga, na qual a dimensão da conquista é ressaltada, pois a dominação do centro econômico da América aparece como um empreendimento cuidadosamente preparado. Nesta perspectiva, os 24 anos de dominação flamenga se devem à colaboração dos “brasileiros”, assim denominados pelo autor.

A pontual correção, apesar de sutil, é certa na distinção ao paradigma varnhageniano: para Mello (2007), a resistência não é meramente portuguesa, mas luso-brasileira, isto é, são os moradores das capitanias quem protagonizam essa história.

Deste modo, Mello (2007) não tratou da entrada dos holandeses como uma invasão, embora a referência aos flamengos por meio do termo “invasores” esteja presente na narrativa, provavelmente por inspiração da linguagem das fontes, numa escrita marcada pela comprovação documental. Em crítica aberta à historiografia precedente, o pernambucano considerou como vício historiográfico dar maior importância aos “mestres” que aos documentos (MELLO, 2007), a favor do compromisso com a fonte e não com a pedagogia cívica ou o aspecto moralizador da história, preocupações próprias da historiografia nacional.

O resultado de sua pesquisa em documentação holandesa e portuguesa foi a narração sob o ponto de vista colonial, em matriz distinta da veia nacionalista varnhageniana¹⁹. Por isso, Mello (2007) lançou luz sobre os moradores, os senhores de engenho, os povos indígenas, as populações negras escravizadas e demais grupos sociais. Avaliando a interação holandesa com a população colonial, entre a colaboração e a resistência, e não entre traidores e heróis como a historiografia nacional fizera, a história da ocupação flamenga foi recontada pelo ângulo da conquista, inaugurando nova interpretação historiográfica.

Tempo dos Flamengos foi uma obra que marcou o fazer historiográfico do século XX, poucas vezes reiterando a tradição, mas rompendo com sua fundamentação teórica, qual seja, a tendência a perceber o Brasil como português, a qual ignorava os aspectos não lusitanos. Através da produção regional de um historiador pernambucano apaixonado pelos arquivos, se alcançou uma abordagem não linear dos fatos, com recortes temáticos específicos.

Antes de Mello (2007), Hermann Wätjen (2004) foi um dos primeiros a perceber as marcas deixadas pelos holandeses, por acreditar na dimensão colonizadora da experiência. A obra compreende o processo de ocupação em sua integridade, percebendo que, antes de conquistar Pernambuco, a primeira investida fora em Salvador, com abordagem cronológica dos fatos desde 1624. Ademais, é uma abordagem processual, trabalhando com a possibilidade de a insurreição ter sido suscitada pelo “ódio de raça” e pela “incompatibilidade de religião”, numa perspectiva quase teleológica da restauração, muito próxima da historiografia nacional.

Em análise historiográfica, Wätjen (2004, p. 41-42) reconheceu o pioneirismo de Varnhagen (1975, 2002), mas o acusou de unilateralidade, criticando sua falta de clareza na descrição minuciosa de fatos insignificantes²⁰. De uma maneira geral, a originalidade do historiador alemão estaria na interpretação dos acontecimentos, pela primeira vez, pelo ponto de vista holandês. Tal posicionamento se deve por representar um olhar internacional ao episódio, considerado um capítulo da história europeia.

De uma posição externa é também a leitura de Charles Boxer (1961) que, assim como Wätjen (2004), opta por uma abordagem processual e linear. A escrita do historiador britânico cadencia os movimentos e as estratégias ofensivas e defensivas até a chegada do caracterizado impasse militar de 1632, rompido pela traição de Calabar, reproduzindo a narrativa clássica varnhageniana da culpabilização do personagem para explicar a derrota da resistência.

Na análise desta produção, parece que Nassau foi um personagem exaltado não apenas pela historiografia regional, representada por Mello (2007), mas também por estrangeiros, como o alemão Wätjen (2004) e o britânico Boxer (1961). Na narração das expedições, das batalhas e

das conquistas, Boxer (1961) pareceu endossar a historiografia clássica escrevendo uma história propriamente política.

O diálogo de Boxer (1961) com Varnhagen (1975) é nítido, seja pelas críticas dirigidas ao oitocentista, seja pelo seu reconhecimento. Boxer (1961, p. 423-424) considera a obra de Varnhagen como “o livro clássico sobre o assunto”, uma “verdadeira mina de informações”, apontando ainda para os méritos de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia que coordenaram a terceira e a quarta edições de *História Geral*.

Embora a interpretação de Boxer (1961) siga algumas linhas do modelo varnhageniano, o britânico rompe com a tradição por ter feito uma abordagem política, algumas vezes do ponto de vista holandês, utilizando fontes de ambos os lados em disputa. Assim como Wätjen (2004), Boxer (1961) não utiliza as fórmulas da narrativa tradicional, tais como “inimigos” e “invasores” em referência aos neerlandeses, sobretudo porque a maioria das fontes são holandesas.

No balanço da historiografia selecionada da primeira metade do século XX²¹, dedicada a, além de compilar documentação, construir interpretações temáticas, pode-se concluir que houve uma recuperação do modelo varnhageniano por Abreu (1988); uma persistência do caráter invasor estrangeiro, marcado como fracassado, com Holanda (1995); uma reminiscência do termo “invasores”, registrado em Mello (2007); uma insistência na história político-administrativa, construída por Wätjen (2004); e uma reprodução de narrativas causais por Boxer (1961).

De maneira ponderada, Gonsalves de Mello (2007) apresentou os avanços historiográficos nesta temática, tanto no que diz respeito à abordagem temática, quanto ao escopo analítico. Os olhares internacionais de Wätjen (2004) e Boxer (1961) também contribuíram para o adensamento das análises a partir dos pontos de vista econômico, militar, social e diplomático.

As mudanças operadas lançaram perspectivas colonial ou holandesa ao episódio, no entanto, não foram capazes de derrubar o paradigma varnhageniano, com a viva marca da ancestralidade lusitana presente na historiografia ensaísta da primeira metade do século XX. Destarte, a penetração da exaltação da resistência, da culpabilização de Calabar, da ideia de guerra pela libertação significou o enraizamento do modelo de invasão holandesa, a despeito de progressos alcançados com as análises processuais e os enfoques não lineares.

Referências

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 7. ed. São Paulo: Itatiaia: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. Original de 1907.
- ABREU, Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: ABREU, Capistrano de. *Ensaio e Estudos*: 1.ª Série. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1931a. p. 125-142. Original de 1878.
- ABREU, Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: ABREU, Capistrano de. *Ensaio e Estudos*: 1.ª Série. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1931b. p. 193-218. Original de 1882.
- ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARAUJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. Original de 1957.
- CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. 5. ed. Recife: CEPE, 2004. v. 1. Manuscrito de 1648.

- CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: Historiografia e Nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, Maringá, PR, v. 8, p. 11-29, 2004.
- CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador: Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 11, n. 3, p. 306-312, set./dez. 2007a.
- CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 159-207, jul./dez. 2007b.
- COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630*. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. Manuscrito de 1644.
- COSTA, Regina de Carvalho Ribeiro da. *Calabar: a História do Mito e o Mito na História*. Rio de Janeiro: Telha, 2019a.
- COSTA, Regina de Carvalho Ribeiro da. O paradigma das ‘invasões holandesas’: a interpretação de Francisco Adolfo de Varnhagen. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 480, p. 91-120, 2019b.
- FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. Manuscrito de 1675.
- GONTIJO, Rebeca. Tal História, qual memória? Capistrano de Abreu na Historiografia Brasileira. *Projeto História*, São Paulo, v. 41, p. 491-526, ago./dez. 2010.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen. In: PARADA, Mauricio; RODRIGUES, Henrique Estrada (org.). *Os historiadores clássicos do Brasil: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: Vozes: Editora PUC, 2018. v. 4, p. 47-65.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E CIDADANIA, 19., 1997, Belo Horizonte. *Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História*. São Paulo: Humanitas: FFLCH-USP: ANPUH, 1988. v. 2, p. 471-485.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Trabalho e Aventura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 41-70. Original de 1936.
- HRUBY, Hugo. O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 50-66, mar. 2009.
- JESUS, Frei Rafael de. *Castrioto Lusitano; ou, História da Guerra entre o Brasil e a Holanda, durante os anos de 1624 a 1654, terminada pela valorosa restauração de Pernambuco e das capitanias confinantes*. Paris: J. P. Aillaud, 1844. Manuscrito de 1675.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica Luso-brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- SANTIAGO, Diogo Lopes de. *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira*. Recife: Imprensa Oficial, 1943. Original de 1655.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira república*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SINDER, Valter. A reinvenção do passado e a articulação de sentidos: o novo romance histórico brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 253-264, 2000.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. Itatiaia: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. Original de 1810-1819.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002. Original de 1871.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos: INL, 1975. 5 v. Original de 1854-1857.

WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII*. Trad. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. 3. ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004. Original de 1938.

WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 338, p. 7-16, jan./mar. 1983.

Notas

¹ De início, cabe perceber a importância das fontes consultadas por Varnhagen para a construção de seu *História Geral do Brasil*. Além das crônicas do século XVII, Varnhagen se vale de estudos históricos sobre o Brasil publicados nos séculos XVIII e XIX, entre as quais, a obra de Robert Southey, *History of Brazil*, originalmente produzida entre 1810 e 1819, mas só traduzida por Luís Joaquim de Oliveira e Castro e anotado pelo Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro em edição composta por seis volumes, publicados pela Livraria Garnier no Rio de Janeiro em 1862. Devido ao recorte temático do presente artigo, o aprofundamento na questão das fontes utilizadas por Varnhagen não consta entre os objetivos do trabalho. Ver: Southey (1981).

² Sobre o historiador oitocentista, importante exame foi publicado recentemente por Lucia Guimarães (2018).

³ É necessário pontuar a popularidade de obras como *History of Brazil*, livro de amplo conhecimento das elites letradas brasileiras que serviu de base às obras historiográficas de Alphonse Beauchamp, John Armitage, Visconde de Cairu e do próprio Varnhagen. Ao que parece, a obra de Southey (1981) era mais alinhada com a política indigenista imperial, sendo uma referência incontornável para os membros do Instituto à época em que Varnhagen estava publicando seus trabalhos, isto é, na segunda metade do século XIX. Um paralelo interessante foi demarcado por Temístocles Cezar (2007a) entre a obra de Southey e a de Varnhagen. Um estudo particular sobre as inspirações de Varnhagen na obra de Southey a respeito da questão neerlandesa será matéria para futuras investigações.

⁴ A publicação original dos volumes de *História Geral do Brasil*, obra de autoria da Francisco Adolfo de Varnhagen, data de 1854 a 1857. Já seu trabalho particular sobre o domínio neerlandês ganhou sua primeira versão quase duas décadas depois, em 1871.

⁵ O processo de construção de um modelo paradigmático de “invasão holandesa” por Varnhagen no século XIX foi analisado por Costa (2019b).

⁶ É importante sinalizar que, de modo geral, Capistrano de Abreu não se constitui uma voz isolada em seu tempo, mas faz parte de uma geração de intelectuais estudada por Ângela Alonso como “geração 1870” que difundiram ideias novas no Brasil. Nas últimas décadas do século XIX, a ruptura epistêmica promovida por esses intelectuais se dirigia aos ideais da sociedade imperial, considerada atrasada, sobretudo pela permanência da escravidão. Além de Capistrano de Abreu, nomes como Sílvio Romero, Araripe Júnior, Graça Aranha, Arthur Orlando, entre outros, buscavam maneiras novas de interpretar o Brasil. Para além desta breve contextualização, a delimitação temática do presente artigo, centrado nas interpretações sobre a ocupação neerlandesa do Brasil, não permite avançar sobre o estudo da “geração 1870”. Para tanto, ver Sevckenko (1995), Alonso (2002) e Schwarcz (2008).

⁷ Ponto de vista nacional considerado dentro da “retórica da nacionalidade” presente nos trabalhos oitocentistas, o que compreende o processo de formação e de construção da Nação feito através do instrumento sociocultural da escrita da História, forjando-se um passado que difundisse a origem, as tradições e os costumes comuns a um grupo de indivíduos, com a finalidade de criar uma identidade que se conheça como nacional. Cf. Sinder (2000).

⁸ Estudos recentes vêm problematizado a construção de uma “memória nacional” para além da referência do IHGB, a partir de um legado historiográfico luso-brasileiro que antecedeu ao instituto, chegando a ser utilizado pelos seus membros como fontes de pesquisa. É por isso que Valdeci Araujo (2008) demonstra que o reforço de uma pretensa influência solar do IHGB deve ser confrontado com as variedades próprias à cultura histórica brasileira. Ver: Araujo (2008) e Kantor

(2004). No entanto, Hugo Hruby (2009) diferenciou as concepções de História dos sócios do Instituto de outras difundidas no mesmo período, demonstrando que, enquanto no século XIX, a cientificidade da História advinha da imparcialidade, da objetividade e da neutralidade, para os membros do IHGB, o caráter científico da História advinha da existência de leis históricas no passado, mescladas às leis divinas. Cf. Hruby (2009, p. 62). Por isso, a diferença alegada remete-se aos critérios de cientificidade segundo os quais a história nacional produzida sob a chancela do Instituto é resultado de numa “disciplinarização” do discurso historiográfico. Seja como for, nos limites do presente artigo, nem o legado historiográfico luso-brasileiro anterior ao IHGB, nem a produção do Instituto no século XIX são matérias de investigação, que parte para análise de certo paradigma das “invasões holandesas” em obras da primeira metade do século XIX.

⁹ As temáticas destacadas se referem à forma pela qual os capítulos estão intitulados na obra.

¹⁰ Por historiografia nacional refere-se à historiografia oitocentista que desenvolveu um “projeto intelectual claramente centrista”, nas palavras de Manoel Guimarães (1988, p. 20), de uma História Nacional. Basicamente executada pelo IHGB, segundo o historiador: “o que esta história pretende registrar a memorizar é uma dada imagem da Nação Brasileira em todos os seus contornos” (Guimarães, M., 1988, p. 24). Na presente análise, considera-se que os primeiros passos na busca desta totalidade nacional no bojo de uma historiografia nacional foram concretizados por Francisco Adolfo de Varnhagen (1975, 2002), tendo sido uma marca de sua produção a própria retórica da nacionalidade.

¹¹ No prefácio, Gonsalves de Mello revela que pesquisou nos doze volumes da *Dagelijksche Notulen der Hooge Raden in Brazilië*; nos 15 volumes da *Brieven en Papieren uit Brazilië*; no *Register van Uitgaande Brieven*, entre outras fontes. Cf. Mello (2007, p. 27).

¹² Embora a edição original na língua alemã tenha sido realizada em 1921, a primeira edição que chegou ao Brasil da obra *O Dominio Colonial Hollandez no Brasil* data de 1938, publicada pela Companhia Editora Nacional como parte da Coleção Brasileira, traduzida por Pedro Celso Uchoa Cavalcanti.

¹³ Publicada originalmente em 1957, a obra que só chegou ao Brasil em 1961 graças a uma tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto como parte da Coleção Brasileira publicada pela Companhia Editora Nacional.

¹⁴ Embora não martirize o personagem, o britânico pontuou suas qualidades aproveitadas pelos flamengos: “homem muito ativo e inteligente, não poderiam os holandeses ter achado melhor guia e informante para lhes indicar os pontos fracos do inimigo” (BOXER, 1961, p. 70-71).

¹⁵ Enquanto Boxer (1961) chama Calabar de mulato, Wätjen (2004) o considera mameluco, descompasso saliente nos próprios cronistas seiscentistas. Foi Frei Manoel Calado (2004) um dos cronistas que registrou que a mãe de Calabar era “negra da terra”, ou seja, índia. Tal análise foi feita recentemente por Costa (2019a).

¹⁶ Boxer chamou de missão nassoviana a comitiva de pintores e de cientistas, financiados pelo governador, trazidos em 1637 com o propósito de documentar a vida na América, sobretudo a flora, a fauna e a gente.

¹⁷ Para confirmar, o britânico menciona a carta régia de 29 de abril de 1630, ordenando mobilização da esquadra hispânica no dia seguinte da notícia. Nestes termos, percebe-se o mesmo apreço pelo documento como fonte de fidedignidade herdado por Boxer.

¹⁸ Cumpre assinalar que Abreu (1988) não concebeu seus *Capítulos* como um projeto de escrita de uma nova História do Brasil, em paradigma nacionalista. Como pontua Rebeca Gontijo (2010, p. 492-493), Capistrano se propõe a um tipo de historiografia distinta de seus antecessores e contemporâneos: “uma história aberta para o social e o econômico, pouco afeita a indivíduos, datas e fatos, mais preocupada com as coletividades e os projetos históricos”, mais próxima, portanto, da historiografia idealizada pela década de 1950.

¹⁹ Embora possa ser questionado o quão modernista a narrativa de Gonsalves de Mello também foi, a seu tempo, devido ao pressuposto da inexorabilidade da formação nacional, se examinados a partir dos estudos atuais comprometidos com a superação destas abordagens, é imprescindível que se distinga que a questão da nacionalidade presente no paradigma varnhageniano oitocentista é resolvida pela ancestralidade lusitana, enquanto que o esforço interpretativo colonial de Gonsalves de Mello (2007) na primeira metade do século XX diz respeito a generalizações, como exemplos “índios” e “negros”, para se referir aos elementos coloniais.

²⁰ Pioneirismo considerado pela construção da primeira história completa da dominação holandesa utilizando as investigações de Netscher e da cópia dos documentos holandeses traduzidos por Caetano da Silva (WÄTJEN, 2004, p. 43).

²¹ Pela limitação da presente análise, reconhece-se que a seleção deixou de fora outros grandes historiadores que trabalharam em arquivos holandeses ou traduziram documentação neerlandesa, casos de José Honório Rodrigues e Pedro Souto Maior, dentre outros, os quais merecem o devido aprofundamento em contribuições vindouras.

Data de recebimento: 30/06/2021

Data de aprovação: 20/12/2021